

**NICCHIO SOBRINHO CAFÉ S/A - CNPJ: 27.487.131/0001-00**  
**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Balancos patrimoniais			
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota explicativa	2024	2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	31.743.854	9.143.272
Contas a receber	6	123.861.078	69.126.081
Estoques	7	152.284.595	114.046.451
Impostos a Recuperar	8	21.622.324	16.783.131
Outros créditos		2.341.635	2.964.218
		<b>331.853.486</b>	<b>212.063.153</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos Judiciais	11	11.057.392	11.068.378
Impostos a Recuperar	8	11.245.394	11.937.534
Imobilizado		8.639.612	7.758.082
Intangível		10.275	10.275
Outros créditos		94.833	89.996
		<b>31.047.506</b>	<b>30.863.285</b>
		<b>362.900.992</b>	<b>242.926.418</b>

Passivo e patrimônio líquido			
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota explicativa	2024	2023
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		114.456	621.299
Empréstimos, financiamentos e encargos			
Tributos e contribuições sociais	9	244.144.332	139.030.422
Provisões		3.630.624	2.939.216
Outras contas a pagar		553.989	1.728.825
		<b>2.593.156</b>	<b>3.824.779</b>
		<b>251.036.757</b>	<b>148.144.541</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos e contribuições sociais	10	15.154.828	17.413.059
Passivo fiscal diferido		1.375.569	1.375.569
		<b>16.530.397</b>	<b>18.788.628</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	13	5.600.000	5.600.000
Reserva legal		1.200.000	1.200.000
Reserva de incentivos fiscais		1.283.897	1.283.897
Reserva de lucros a realizar		87.329.941	67.989.352
		<b>95.333.838</b>	<b>75.993.249</b>
		<b>362.900.992</b>	<b>242.926.418</b>

Demonstrações dos resultados			
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota explicativa	2024	2023
<b>Receita líquida de vendas</b>			
(-) Custo dos produtos vendidos	14	934.662.436	737.011.178
(=) Lucro bruto		<b>8.18.017.022</b>	<b>(672.152.766)</b>
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	16	(45.342.830)	(45.535.224)
<b>Despesas com impostos e taxas</b>	17	(99.911)	(36.320.188)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	9.130.220	33.290.999
<b>(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>80.332.893</b>	<b>16.293.999</b>
Despesas financeiras	19	(107.700.645)	(74.795.447)
Receitas financeiras	19	53.135.601	39.466.013
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>		<b>(54.565.044)</b>	<b>(35.329.434)</b>
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>			
(-) Imposto de Renda	20	25.767.849	(19.035.435)
(-) Contribuição Social	20	(4.719.574)	-
		<b>(1.707.686)</b>	-
<b>(=) Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>19.340.589</b>	<b>(19.035.435)</b>
Lucro/(prejuízo) por ação		3,454	(3,399)

Demonstrações dos resultados abrangentes			
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	2024	2023	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	19.340.589	(19.035.435)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>19.340.589</b>	<b>(19.035.435)</b>	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.600.000</b>	<b>1.200.000</b>	<b>1.283.897</b>	<b>88.471.386</b>	<b>96.475.283</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(19.035.435)	(19.035.435)	
Dividendos propostos	-	-	(1.446.599)	(1.446.599)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>5.600.000</b>	<b>1.200.000</b>	<b>1.283.897</b>	<b>67.989.352</b>	<b>75.993.249</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.340.589	19.340.589
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>5.600.000</b>	<b>1.200.000</b>	<b>1.283.897</b>	<b>87.329.941</b>	<b>95.333.838</b>

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	2024	2023	
<b>(=) Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>19.340.589</b>	<b>(19.035.435)</b>	
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>			
Encargos de empréstimos e financiamentos	15.432.598	11.412.494	
Juros ativos e passivos	218.386	(23.738.571)	
Variação cambial ativa e passiva	(40.158.503)	75.698	
	<b>(5.166.930)</b>	<b>(31.285.814)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
(Aumento)/diminuição no caixa a receber	(54.734.997)	11.668.225	
(Aumento)/diminuição nos impostos a recuperar	(4.147.053)	13.032.432	
(Aumento) nos estoques	(38.238.144)	(41.081.436)	
Diminuição/(aumento) em outros créditos	616.746	(2.621.159)	
Diminuição nos depósitos judiciais	10.986	1.161.854	
(Diminuição) em fornecedores	(506.843)	(2.565.974)	
(Diminuição) em tributos e contribuições sociais	(1.566.623)	(2.987.403)	
(Diminuição)/aumento nas provisões	(1.174.836)	114.861	
(Diminuição)/aumento em outras contas a pagar	(1.231.623)	2.851.845	
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(106.139.317)</b>	<b>(51.712.569)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado	(1.000.477)	(708.685)	
Baixa do imobilizado	118.947	9.765	
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(881.530)</b>	<b>(698.920)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Captação de empréstimos e financiamentos	778.613.304	607.024.876	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(648.991.911)	(558.357.947)	
Pagamento de dividendos	-	(1.446.599)	
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>129.621.429</b>	<b>47.220.330</b>	
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa</b>	<b>22.600.582</b>	<b>(5.191.159)</b>	
Caixa no início do período	9.143.272	14.334.431	
Caixa no final do período	31.743.854	9.143.272	
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa</b>	<b>22.600.582</b>	<b>(5.191.159)</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**  
 A Nicchio Sobrinho Café S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Colatina ES. Seus acionistas controladores finais são os Srs Antonio Sergio Nicchio e Jorge Luiz Nicchio. O endereço de sua sede e principal local de negócios fica na Rod. Gether Lopes de Farias, 2528, bairro Carlos Germ. Naumann no município de Colatina Espírito Santo, contendo filiais no mesmo estado nas cidades de Colatina e Vitória, e Manhuaçu em Minas Gerais. A Nicchio Sobrinho Café S.A. tem como principais atividades comércio atacadista de café em grão, beneficiamento de café, armazéns gerais e serviços combinados de escritório. As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 13 de junho de 2025.

**2. RESUMO DAS NORMAS CONTÁBEIS**

**2.1. Base de preparação**  
**Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Diretoria e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas alterações, os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As práticas contábeis materiais adotadas pela Empresa estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão

descritos a seguir.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Empresa.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas para a emissão pela diretoria da Companhia em 13 de junho de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

**2.2. Políticas contábeis materiais**  
 As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

**2.2.1 Base de mensuração**  
 As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. A base de preparação das demonstrações contábeis é o custo histórico.

**2.2.2 Moeda funcional**  
 Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do próprio ambiente econômico no qual as empresas atuam (moeda funcional), o Real Brasileiro.

**2.2.3 Caixa e equivalentes de caixa**  
 Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**2.2.4 Instrumentos financeiros**  
**2.2.4.1 Categorias**  
**Empréstimos e recebíveis**  
 São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juro efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6).

**Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**  
 São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2024, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 11) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

**2.2.4.2 Mensuração**  
 As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

**2.2.4.3 Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros**  
 Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

**2.2.4.4 Método de juros efetivos**  
 É utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

**2.2.5 Contas a receber de clientes**  
 As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decorrer normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pelo reconhecimento de perdas por *impairment*, se necessária.

**2.2.6 Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD**  
 As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens vencidos há longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis. O montante assim calculado é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são registradas na Rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado.

**2.2.7 Estoques**  
**De acordo com o IAS 2/CPC 16 (R1)** - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no custo normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

**2.2.8 Outras contas a receber (circulante e não circulante)**  
 Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

**2.2.9 Imobilizado**  
 Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por *impairment*, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

**2.2.10 Ativos intangíveis**  
**2.2.10.1. Marcas e patentes**  
 As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

**2.2.10.2. Ativos intangíveis com vida útil indefinida**  
 Não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**2.2.11 Empréstimos e financiamentos**  
 Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo,

líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**2.2.12 Capitalização de juros**  
 Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

**2.2.13 Avaliação do valor recuperável dos ativos**  
 O valor contábil líquido dos ativos, que não aqueles mensurados pelo seu valor justo são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, a perda é reconhecida.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**2.2.14 Fornecedores e outras contas a pagar**  
 As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**2.2.15 Provisões para riscos processuais**  
 Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia.

**2.2.16 Imposto de Renda e contribuição social corrente e diferido**  
 As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera Lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o Lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que Lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

**NICCHIO SOBRINHO CAFÉ S/A - CNPJ: 27.487.131/0001-00**

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis.

**4.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024**

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade

**a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2)** - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

**b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

**c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

**d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras** - a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

**e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações** - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Não haverá impacto sobre as novas normas emitidas e que ainda não estão em vigor nas demonstrações contábeis.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2024	2023
Caixa	2.691	3.663
Banco conta movimento	1.490.053	53.024
Aplicações financeiras	30.251.110	9.086.585
	<b>31.743.854</b>	<b>9.143.272</b>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

Houve um aumento nos saldos de aplicações financeiras entre 2023 e 2024, que está relacionado, principalmente, à natureza das operações da Companhia, voltadas majoritariamente ao mercado externo. Durante o período, houve uma valorização significativa do preço do café no mercado, com cotações que mais que dobraram em relação ao ano anterior, além da alta na taxa de câmbio (dólar), o que resultou em incremento relevante nas receitas em moeda nacional. Esse cenário proporcionou maior geração de caixa e, conseqüentemente, o aumento do volume de recursos aplicados em instrumentos financeiros de curto prazo.

**6. Contas a receber**

	2024	2023
Contas a receber de clientes interno	7.447.621	12.654.115
Contas a receber de clientes externo	116.413.457	56.471.966
	<b>123.861.078</b>	<b>69.126.081</b>

O aumento no saldo de contas a receber em 2024 deve-se, principalmente, à significativa elevação dos preços do café ao longo do ano: o café Conilon registrou alta de cerca de 143 % (de R\$ 740 para R\$ 1.800 por saca) e o Arábica subiu aproximadamente 106 % (de R\$ 970 para R\$ 2.000 por saca). Além disso, a valorização do dólar elevou os valores a faturar nas operações de exportação. Como resultado, houve um incremento expressivo no montante a receber dos clientes ao final do exercício.

A Companhia apresenta níveis insignificantes de inadimplência em suas contas a receber, reflexo das características do mercado em que atua. Por se tratar de operações concentradas na comercialização de café para exportação, os clientes são, em sua maioria, tradings ou empresas de grande porte com histórico consolidado de cumprimento de obrigações, o que reduz significativamente o risco de crédito.

O aging é representado da seguinte forma:

	2024	2023
A vencer	35.204.346	3.841.527
Vencidos entre 0 e 30 dias	34.984.299	24.983.377
Vencidos entre 31 e 60 dias	43.347.907	17.413.024
Vencidos entre 61 e 90 dias	-	2.911.821

Vencidos entre 91 e 180 dias	1.928.570	6.206.117
Vencidos entre 181 e 360 dias	521.964	1.116.100
Vencidos acima de 361 dias	426.371	-
	<b>116.413.457</b>	<b>56.471.966</b>

**7. Estoques**

	2024	2023
Produtos acabados	165.268.602	122.415.884
Frete sobre compras	2.612.961	1.561.936
Impostos sobre compras	(15.596.968)	(9.931.369)
	<b>152.284.595</b>	<b>114.046.451</b>

**8. Impostos a recuperar**

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
ICMS a recuperar	809.915	1.611.947
PIS e COFINS a recuperar	18.174.697	13.285.547
INSS a recuperar	7.240	7.240
IRPJ e CSLL a recuperar	2.486.400	1.512.644
IRRF a recuperar	144.072	365.753
	<b>21.622.324</b>	<b>16.783.131</b>

**Não circulante**

PIS e COFINS a recuperar	11.240.921	11.933.061
INSS a recuperar	4.473	4.473
	<b>11.245.394</b>	<b>11.937.534</b>

**9. Empréstimos e financiamentos**

	2024	2023
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	244.144.332	139.030.422
	<b>244.144.332</b>	<b>139.030.422</b>

A Companhia utiliza, majoritariamente, contratos de câmbio do tipo Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC), contratados com o objetivo de proteger seu fluxo de caixa e sua exposição cambial decorrente das vendas para o mercado externo. Tais operações são realizadas conforme a formalização dos contratos de exportação, de forma a garantir previsibilidade nas receitas em moeda nacional e mitigar os riscos associados à volatilidade do câmbio. Essa política contribui para maior segurança financeira e estabilidade no planejamento operacional.

A variação no saldo de adiantamentos sobre contrato de câmbio (ACC) em 2024 refletiu o crescimento das operações de exportação impulsionado pela valorização dos preços do café e pela alta na cotação do dólar. Com a elevação dos valores contratados para exportação, os adiantamentos recebidos junto às instituições financeiras também aumentaram proporcionalmente, a fim de atender ao maior volume financeiro das operações.

A movimentação é representada a seguir:

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>139.030.422</b>	<b>102.598.465</b>
(+) Captações	778.613.340	607.024.876
(-) Pagamentos principal	(673.499.430)	(570.592.919)
(-) Juros pagos	(15.432.598)	(11.412.494)
(+) Juros provisionados	15.432.598	11.412.494
<b>Saldo final</b>	<b>244.144.332</b>	<b>139.030.422</b>

**10. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais**

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	10.047.652	10.047.652
Parcelamentos fiscais	5.107.176	7.365.407
	<b>15.154.828</b>	<b>17.413.059</b>

**11. Provisão para contingências e depósitos judiciais**

A Nicchio Sobrinho Café não figura como parte passiva em processos judiciais até a data destas demonstrações contábeis. Ainda assim, eventuais perdas decorrentes de ações judiciais são periodicamente avaliadas pela Administração, com base em pareceres de seus consultores legais externos, visando assegurar que as provisões sejam reconhecidas de forma criteriosa e em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis.

Na presente data, a Empresa *não possui passivos registrados relacionados a contingências, por não existirem processos que demandem constituição de provisões contábeis.*

A posição dos depósitos judiciais é representada da seguinte forma:

	2024	2023
Depósito Judicial IRPJ - 2020	7.151.574	7.151.574
Depósito Judicial CSLL - 2020	2.896.078	2.896.078
Ministério da Fazenda - PGFN	792.404	792.404
Outros depósitos judiciais	217.336	228.323
	<b>11.057.392</b>	<b>11.068.379</b>

O principal valor registrado em depósitos judiciais refere-se a montante relacionado ao resgate de precatório federal, ocorrido em 2020, decorrente de ação judicial sobre créditos presumidos de IPI, referentes ao período de 1998 a 2004. A empresa contesta a exigência de IRPJ e CSLL incidentes sobre os valores recebidos e, em função disso, realizou o depósito judicial dos tributos exigidos, permanecendo os valores retidos até decisão definitiva do Poder Judiciário.

**12. PARTES RELACIONADAS**

**12.1. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE**

A remuneração dos diretores e conselho de Administração que corresponde a

benefícios de curto prazo foi de R\$ 372.000 (R\$ 368.915 em 2023).

No exercício de 2024 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital da Companhia era de R\$ 5.600.000.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve alteração no capital social; sua composição é de 5.600.000 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

**(b) Reservas de Lucros**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

A reserva para investimentos e capital de giro está representada pela reserva de lucros a realizar.

**(c) Reserva de incentivos fiscais**

A reserva de incentivos fiscais é constituída com base no art. 195-A da Lei nº 6.404/76, a partir da parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais destinadas ao investimento. Essa reserva é segregada do lucro distribuível, permanecendo no patrimônio líquido, e somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital, conforme disposto em lei. A constituição dessa reserva visa preservar os benefícios fiscais recebidos e garantir sua destinação adequada segundo as finalidades estabelecidas pela legislação vigente.

**(d) Reserva de lucros a realizar**

A reserva de lucros a realizar é constituída com base no art. 197 da Lei nº 6.404/76, quando parte do lucro líquido do exercício decorre de resultados ainda não realizados financeiramente, com objetivo evitar a distribuição de dividendos sobre lucros que ainda não se converteram em caixa, preservando a liquidez da Companhia.

**14. Receita líquida**

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:

	2024	2023
<b>Receita Bruta de Vendas</b>		
Venda de produtos - Mercado interno	197.353.667	170.420.754
Venda de produtos - Mercado externo	753.516.328	582.356.222
Venda de serviços - Mercado interno	2.050	15.148
	<b>950.872.045</b>	<b>752.792.124</b>

**Deduções de vendas**

Devoluções e descontos	(1.963.711)	(1.795.427)
Impostos sobre vendas	(14.245.898)	(13.985.519)
	<b>(16.209.609)</b>	<b>(15.780.946)</b>

**Receita líquida**

	<b>934.662.436</b>	<b>737.011.178</b>
--	--------------------	--------------------

O aumento da receita operacional bruta em 2024 está diretamente relacionado à valorização dos preços do café no mercado, especialmente nas variedades Conilon e Arábica, que apresentaram elevações consideráveis, em comparação a 2023.

**15. Custos de mercadorias vendidas**

	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	818.017.022	672.152.766
	<b>818.017.022</b>	<b>672.152.766</b>

O custo das mercadorias vendidas (CMV) apresentado nas demonstrações contábeis refere-se exclusivamente às operações de revenda de café, principal atividade operacional da Companhia. Não estão incluídos outros tipos de custos ou despesas operacionais que não estejam diretamente relacionados à aquisição e comercialização do produto.

**16. Despesas gerais e administrativas**

	2024	2023
Despesas com pessoal	9.520.076	10.337.134
Serviços e comissões	17.602.732	19.282.896
Manutenção e conservação	1.270.102	1.246.391
Frete	14.277.120	13.535.522
Outras receitas e despesas	2.672.800	1.133.281
	<b>45.342.830</b>	<b>45.535.224</b>

**17. Despesas com impostos e taxas**

	2024	2023
Taxas Municipais	54.850	53.680
Taxas Estaduais	19.179	166.669
Taxas Federais	25.882	54.553
Impostos Federais	-	36.045.286
	<b>99.911</b>	<b>36.320.188</b>

No exercício de 2023, a empresa aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF), também conhecido como "Litígio Zero", instituído pela Receita Federal como medida excepcional de regularização tributária. Por meio desse programa, foi possível realizar a transação tributária de débitos antigos, discutidos administrativamente há mais de 10 anos, referentes a períodos entre 2003 e 2008.

Esses débitos estavam sendo compensados com créditos que foram posteriormente glosados pela Receita Federal. Diante da baixa perspectiva de recuperação administrativa, a empresa optou pela adesão ao parcelamento especial do PRLF, com pagamento em 6 parcelas mensais, quitadas pontualmente entre março e agosto de 2023. A adesão ao programa permitiu uma redução de 65% sobre os valores de multas e juros incidentes.

A regularização desses passivos, aliada à baixa dos créditos glosados, gerou um impacto significativo nas despesas com tributos do exercício de 2023, elevando pontualmente os valores registrados na conta "Impostos e Taxas"

**18. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	2024	2023
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	5.000
Indenizações	34.817	154.015
Crédito Exportação	6.663.078	5.382.212
Receita de aluguel	67.138	63.712
Descontos Obitidos	3.646.184	1.950.564
Outras despesas	(1.338.286)	(3.537.160)
Outras receitas (j)	57.239	29.272.656
	<b>9.130.220</b>	<b>33.290.999</b>

(j) O saldo registrado na conta "Outras Receitas" no exercício de 2023 foi impactado, principalmente, pelos efeitos da adesão da empresa ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) – "Litígio Zero".

Ao optar pela transação tributária no âmbito do referido programa, a empresa obteve significativa redução sobre os valores devidos a título de multa e juros, referente a débitos tributários discutidos administrativamente junto à Receita Federal, com origem nos exercícios de 2003 a 2008.

**19. Receitas e despesas financeiras**

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros ativos	856.729	162.188
Rendimento de aplicação financeira	1.107.553	1.222.382
Varição cambial ativa	43.377.339	29.308.287
Ganhos Renda Variável	7.793.980	8.773.136
	<b>53.135.601</b>	<b>39.466.013</b>

**Despesas financeiras**

	2024	2023
Juros passivos	(638.343)	(23.900.759)
Despesas bancárias	(413.400)	(314.948)
Varição cambial passiva	(83.535.842)	(29.232.599)
Perda renda variável	(6.239.466)	(7.938.652)
Outras despesas financeiras	(16.873.594)	(13.408.488)
	<b>(107.700.645)</b>	<b>(74.795.447)</b>

**20. Imposto de renda e contribuição social**

<b>Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social</b>		
	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	25.767.849	(19.035.435)
Despesas não dedutíveis	(413.286)	1.338.286
Compensação de prejuízo	8.131.840	-
Imposto de renda à alíquota de 15%	(2.846.144)	-
Imposto de renda adicional à alíquota de 10%	(1.873.429)	-
Contribuição social à alíquota de 9%	(1.707.686)	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<b>(6.427.260)</b>	<b>-</b>

Taxa efetiva % 24,94% 0,00%

**21. Seguros**

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2024, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	141.300.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para xxx veículos	-
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	50.000
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		<b>141.350.000</b>

**22. Eventos Subsequentes**

Não houve, até a data de autorização para emissão das demonstrações contábeis, quaisquer eventos subsequentes que pudessem impactar de forma relevante a posição financeira ou os resultados da Companhia.

**JORGE LUIZ NICCHIO**  
Diretor Vice-Presidente  
**FABIO DO NASCIMENTO CUNHA**  
Contador - CRC-ES nº 011856/O-8  
**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**  
CRC 2 ES 004955/F-

9921 NICCHIO SOBRINHO CAFE- BALANCO 2024.pdf

Código do documento: 9921



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130  
Certificado Digital  
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

12 set. 2025, 00:01:00 - UPLOAD

**Documento:** 9921

**Criado por:** Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

**DATE\_ATOM:** 2025-09-12T00:02:55-03:00

12 set. 2025, 00:02:55 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

**DATE\_ATOM:** 2025-09-12T00:02:55-03:00

12 set. 2025, 00:02:55 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

**E-Mail:** publicidade@grupotribunaonline.com.br

**Emissor do Certificado:** CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO  
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

**DATE\_ATOM:** 2025-09-12T00:02:55-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 49ba9be9d099f9a09ce9b91d31c7fccaf1e9fb9c22554aa4fb022931ac57d710

[SHA512]: 83601152bc23f874c2be4f7326f5ab5a567158b83f935cf8fc73e159c160a7b3e33b756d891206cb7121f93cd3d10f204ed0043e9f8dd1c9b3a1aa2cdf82e792

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB